

Caminhos e Descaminhos da Administração Pública no Brasil - Vol. 1

Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)



Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL**

Atena Editora
2017

2017 by Rudy de Barros Ahrens

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UEPA)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Adriana Regina Redivo (UNEMAT)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Profª Drª Vanessa Bordin Viera (IFAP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C183

Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil /
Organizador Rudy Ahrens. – Ponta Grossa (PR): Atena, 2017.
420 p. : 2.042 k bytes – (Administração Pública; v. 1)

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-40-0

DOI 10.22533/at.ed.4001209

Inclui bibliografia.

1. Administração pública - Brasil. I. Ahrens, Rudy. II. Série.

CDD-351.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

A Administração Pública no Brasil caracteriza-se pelas circunstâncias de sua atuação, em um contexto mediado pelo poder e pela ação das empresas privadas e das organizações no âmbito da sociedade civil.

Esta mediação vem estimulando, nos últimos anos, os pesquisadores com o intuito da busca por melhorias ao estado, baseando-se na ideologia e crença de que é possível fazer a Gestão Pública acontecer.

O mencionado *ebook* reúne artigos científicos fruto de trabalhos e pesquisas realizadas na área de Administração com ênfase na Gestão Pública. Contando com 50 artigos, este foi dividido em 2 volumes, sendo no Volume 1 as subáreas de a) Finanças, Controladoria e Auditoria Pública; b) Educação Pública; c) Inovação Pública; d) Sustentabilidade Pública e e) Gestão de Pessoas e no Volume 2 com as subáreas de a) Planejamento e Gestão Pública; b) Políticas Públicas; e c) Compras e Licitações Públicas.

Os artigos a seguir foram desenvolvidos com o intuito de apresentar ao leitor experiências, conhecimento e informação, desejo assim uma boa leitura.

Rudy de Barros Ahrens

Sumário

Apresentação.....	03
--------------------------	-----------

Eixo 1 Finanças, Controladoria e Auditoria Pública

Capítulo I

A PERSPECTIVA DOS CONTADORES ANTE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2015: UM ESTUDO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

08

Capítulo II

AUDITORIA INDEPENDENTE: UMA OBSERVAÇÃO DE SUA IMPORTÂNCIA

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

22

Capítulo III

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL E O INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA/SP

Adriano Augusto de Souza.....

37

Capítulo IV

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA FORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Julio Candido de Meirelles Junior.....

55

Capítulo V

PROPOSIÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA, COM O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

André Santos de Oliveira, José Eduardo Klems Ribeiro e Marco Antonio Harms Dias.....

72

Eixo 2 Educação Pública

Capítulo VI

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS ENTIDADES FEDERAIS DO BRASIL: A EXEMPLO- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

Regina Maria da Silva, Eliane Moreira Sá de Souza e Willer Luciano de Carvalho.....

89

Eixo 2 Inovação Pública

Capítulo VII

APLICAÇÃO DA TEORIA UTAUT NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Thiago Pacife de Lima, Sâmia Laise Manthey Benevides, Carolina Yukari Veludo Watanabe, Rosália Maria Passos da Silva e Tomás Daniel Menendez Rodriguez.....105

Capítulo VIII

INOVAÇÃO COMO FATOR DETERMINANTE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina Ferreira Silva Pires, Luciane Santos Prado, Dayana Alves Ferreira e Luciana Peixoto Santa Rita.....122

Capítulo IX

INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS PREMIADAS NO CONCURSO INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA FEDERAL NOS ANOS 2011- 2014

Janaina Mendes de Oliveira e Rachel Kerber Gonçalves.....139

Capítulo X

INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL COM FOCO NA TEORIA U: ESTUDO DE CASO EM UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL

Natália Talita Araújo Nascimento, Flávio de São Pedro Filho, Paulo Adriano da Silva e Ítalo de Paula Casemiro.....154

Capítulo XI

PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE ACERCA DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – NIT.

Patric Douglas Griseli, Luciano Castro de Carvalho e Aline Louise de Oliveira.....171

Eixo 4 Sustentabilidade Pública

Capítulo XII

A POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS TECNOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA.

Gislane Martins Silva de Abreu, Mariluce Paes de Souza e Osmar Siena.....187

Capítulo XIII

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO DA REDE SENAC SANTA CATARINA

Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi, Simone Sehnem e David Rodrigo Petry.....205

Capítulo XIV

CULTURA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Cleide Vasconcelos Dantas, Dayana Alves Ferreira e Cláudio Zancan.....234

Capítulo XV

DIAGNOSTICO SOBRE O PROGRAMA BOLSA VERDE NO NORDESTE DO BRASIL

Emanuel Varela Cardoso, Bruno de Araujo Azevedo e Gilberto Rodrigues Carneiro.....252

Capítulo XVI

INDICADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: A PERCEPÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CAICÓ-RN

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Márcia Celiary Rodrigues Medeiros.....267

Capítulo XVII

PROPOSTA DE INDICADORES PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS): PESQUISA-AÇÃO NO CINDACTA II

Luís Gustavo Carvalho e Eloy Fassi Casagrande Junior.....283

Capítulo XVIII

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NOS PREGÕES ELETRÔNICOS: ANÁLISE EM ÓRGÃO DO EXECUTIVO FEDERAL

Robson Gonçalves Chaparro, Marcelo Ribeiro Silva, Denise Aguenta Uechi, Rogério Elói Gomes Bezerra e Thiago Barreto Santos.....300

Capítulo XIX

USINAS SUCROENERGETICAS E OS IDHMs DAS CIDADES: UMA VISÃO PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Daiane Pereira de Souza, Gabrielli do Carmo Martinelli, Anaysa Borges Soares e Cláudia Maria Sonaglio.....320

Eixo 5 Gestão de Pessoas

Capítulo XX

AValiação DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL E ESTÁGIO
PROBATÓRIO: UMA ANÁLISE NA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL

Joyce Frade Machado e Geraldino Carneiro de Araújo.....336

Capítulo XXI

COMO ATENDER A ALTA DEMANDA DE TREINAMENTOS EM ORGANIZAÇÃO DE
GRANDE PORTE COM OTIMIZAÇÃO DE RECURSO

*Kátia Cristina Cabral Monteiro Galvão, Heliane Prata Sarmiento, Roquemar de Lima
Baldam e Thalmo de Paiva Junior.....351*

Capítulo XXII

criação E IMPLANTAÇÃO DE CARREIRAS NO SERVIÇO PÚBLICO: DESAFIOS E
SUCESSOS

*Paola Pinheiro Bernardi Primo, Marcelo Rosa Pereira e Francisco Caniçali
Primo.....365*

Capítulo XXIII

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO POLÍTICA DE ASCENSÃO PROFISSIONAL DA
MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Cesar Augusto Ilódio Alves, Elvira Aparecida Simões de Araújo e Adriana Leônidas
de Oliveira.....378*

Capítulo XXIV

MUDANÇA ORGANIZACIONAL E MELHORIA NO PROCESO DE AQUISIÇÃO DE BENS E
SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

*Thayse dos Santos Fonsêca Pinheiro, Rodrigo de Lima Pinheiro, Luciana Peixoto
Santa Rita e Camila Karla Santos da Silva Valentino.....394*

Sobre o organizador.....406

Sobre os autores.....407

CAPÍTULO VI

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS ENTIDADES FEDERAIS DO BRASIL: A EXEMPLO- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

**Regina Maria da Silva
Eliane Moreira Sá de Souza
Willer Luciano de Carvalho**

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS ENTIDADES FEDERAIS DO BRASIL: A EXEMPLO- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

Regina Maria da Silva

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Goiânia - GO

Eliane Moreira Sá de Souza

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Goiânia - GO

Willer Luciano de Carvalho

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Goiânia - GO

RESUMO: Este trabalho teve o objetivo de apresentar o processo de expansão do ensino superior no Brasil nas últimas décadas. Estudou-se comparativamente – em números de instituições e números de matrículas - o crescimento quantitativo das instituições de ensino superior particulares e públicas a partir dos anos de 1960, com ênfase nas Instituições Federais. Também foi avaliado o crescimento da demanda, as alterações nas formas de acesso e as ações do Ministério da Educação para atender a essa crescente necessidade de oferta de vagas. Ao final, foi incluído uma descrição do crescimento alcançado na Universidade Federal de Goiás em consonância com este processo de expansão, para exemplificação desta realidade que avança em todo o país.

PALAVRAS CHAVE: Ensino Superior, Expansão Universitária, Educação Federal Brasileira, UFG.

1. INTRODUÇÃO

As universidades apresentam um papel importante na sociedade, na economia, na produção de novos conhecimentos, na formação e divulgação da informação, na prestação de serviços e no desenvolvimento local e regional.

O ensino público de qualidade estabelece um enorme mecanismo de concretização dos direitos constitucionais, considerando um trabalho de inteira responsabilidade do Estado. Finger (2003) apresenta o serviço público como uma das seguranças fundamentais de cumprimento dos direitos constitucionais. Afirma que equivale ao papel estatal conferido à Administração Pública atender à satisfação das necessidades básicas do cidadão.

No Brasil, verifica-se a implementação de uma grande reforma e expansão da educação superior, acompanhada, ao mesmo tempo, por uma metamorfose no modo de ser e agir das instituições de ensino. Em outras palavras, a quantidade, as feições, a natureza e as finalidades das instituições federais estão em (re)construção.

Este é um reflexo das novas pretensões e esforços do Ministério da

Educação: a reestruturação e expansão do acesso e permanência do ensino superior.

Este trabalho é de natureza descritiva quantitativa e, para sua realização, procedeu-se a uma análise de documentos e pesquisas sobre a deflagração, implementação e efeitos da reforma e expansão do ensino superior no Brasil, reconhecendo também a necessidade de elevar o padrão de qualidade, para atender às novas demandas. Também será feito um levantamento documental em números na Universidade Federal de Goiás, adotada como exemplo desse processo de expansão. O objetivo é apresentar como ocorreu, e vem ocorrendo, um grande crescimento na educação brasileira nos últimos anos, tanto em número de instituições, quanto em número de vagas ofertadas.

2. FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE

Para a melhor compreensão do significado do modelo de expansão da educação superior e da universidade no Brasil, recorre-se a um dos mais respeitados mestres da teoria e da história da universidade: Anísio Teixeira.

Em 31 de julho de 1935, Anísio Teixeira (1900-1971), então Reitor da Universidade do Distrito Federal, proferiu um discurso na cerimônia de inauguração dos cursos. Nesse discurso, intitulado "Universidade: mansão da liberdade", o autor apresenta uma reflexão sobre o papel da universidade na constituição da elite intelectual brasileira, expondo um projeto que além de educacional é um projeto social. O autor considerava a universidade como espaço fundamental de consolidação de uma elite intelectual, responsável por assumir uma função dirigente na sociedade e difundir um determinado tipo de cultura (RUCKSTADTER e RUCKSTADTER, 2016).

Em meio a um amplo panorama da história da universidade, para fundamentar seus conceitos da função dessa instituição milenar, Anísio afirma em seu discurso inaugural que "A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva".

Sem a universidade, com suas funções, já proclamara Anísio, "não chega a existir um povo". O povo, a nação que não a tem não pode ter "existência autônoma, vivendo, tão somente, como um reflexo dos demais".

De acordo com Vlasman e Castro (1985), uma das características importantes que diferenciam uma universidade de outras organizações é a formação que ela proporciona de pessoas para pessoas. O que a caracteriza, é a produção de símbolos, idéias, conhecimentos e valores que tendem a influenciar o meio social.

3. EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BRASILEIRAS - PARTICULARES E PÚBLICAS

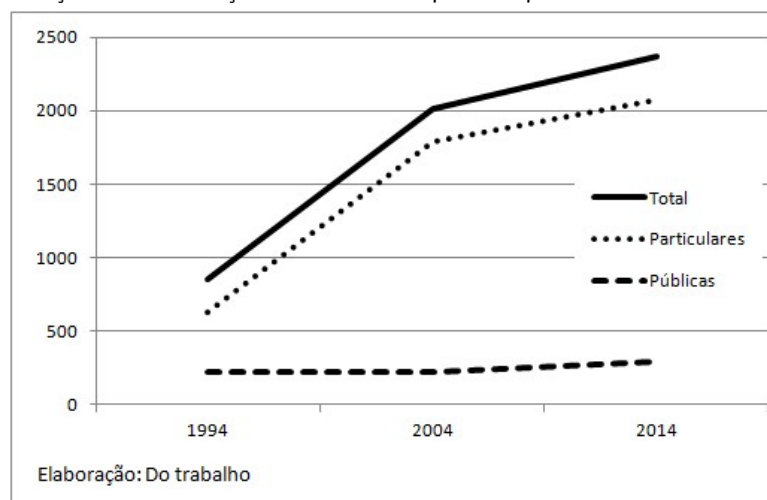
A evolução da educação superior no Brasil, cujos dados oficiais estão disponíveis e sistematizados no INEP, pode ser dividida em duas etapas: a primeira, que compreende as três décadas que vão de 1964 a 1994, conduzida com as características de gestão do governo militar, a segunda, exposta no Gráfico 1 e na Tabela 1, a partir do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), 1994.

Tabela 1. Evolução das Instituições de Ensino Superior a partir do Governo FHC 1994-2014

Ano	Total	Número de Instituições	
		Particulares	Públicas
1994	851	633	218
2004	2.013	1.789	224
2014	2.368	2.070	298

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEP (INEP,2016)

Gráfico 1. Evolução das Instituições de Ensino Superior a partir do Governo FHC 1994-2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEP (INEP,2016)

No início dos anos 60, o sistema de ensino superior brasileiro contava com cerca de uma centena de instituições, a maioria delas de pequeno porte, voltadas basicamente para atividades de transmissão do conhecimento, com um corpo docente fracamente profissionalizado. Esses estabelecimentos, vocacionados para a reprodução de quadros da elite nacional, abrigavam menos de 100 mil estudantes, com predominância quase absoluta do sexo masculino (MARTINS, 2000).

Durante duas décadas de ditadura (1964/85), as afinidades políticas dos empresários do ensino com os governos militares abriram caminho para mais e mais representantes de escolas, faculdades e universidades privadas nos conselhos de educação. Tornando-se maioria, eles passaram a legislar em causa própria. Impulsionados pela demanda de vagas, pelo freio na velocidade de expansão das redes públicas de ensino e, especialmente, pelas normas

facilitadoras, as instituições privadas de ensino multiplicaram-se em número e cresceram em tamanho. Em qualquer capital de estado e até mesmo nas cidades médias do interior, pequenos ginásios e cursinhos pré-vestibular conseguiram acumular capital, alunos pagantes e níveis de ensino. Alguns até viraram universidades. Mais recentemente, as instituições privadas de ensino ingressaram no lucrativo serviço de franquias (CUNHA, 2003).

Ainda segundo Cunha (2003), o poder do Conselho Federal de Educação, instituído pela primeira Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1961), transformou-o num órgão cobiçado pelos empresários do ensino. Como dele dependiam as autorizações, reconhecimento e credenciamento, de cursos e de instituições, os empresários do ensino, amparados pelas composições políticas da ditadura militar, lograram constituir a maioria, quando não a totalidade desse Conselho. As denúncias de corrupção atingiram o auge no governo interino de Itamar Franco, que dissolveu o Conselho e enviou ao Congresso projeto de lei que criou outro órgão colegiado no seu lugar.

A Lei nº 9.131/95 criou, então, o Conselho Nacional de Educação, com funções homologatórias no que diz respeito às políticas gerais do ministério, mas tendo a última palavra no que se refere ao reconhecimento de cursos, à criação de instituições de ensino superior e ao credenciamento de universidades, assim como é sua responsabilidade a última etapa do processo de avaliação das universidades visando ao credenciamento periódico.

4. CRESCIMENTO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO PAÍS

Na década de 60, a cobertura do sistema era mínima e ainda predominavam as matrículas em IES privadas, que em geral eram confessionais, com relação ao contingente de estudantes nas IES públicas. Como o ponto de partida era baixo, a tarefa do crescimento foi até certo ponto facilitada. Observando a Tabela 2 e o Gráfico 2, vemos que nos anos avaliados o montante foi multiplicado por aproximadamente quatro vezes, passando de 1,6 milhões para 6,4 milhões de matrículas. Sob o “clima” do regime político, ainda era marcante um sistema educacional privatizado. A média de matrículas públicas era bem inferior à média das matrículas privadas.

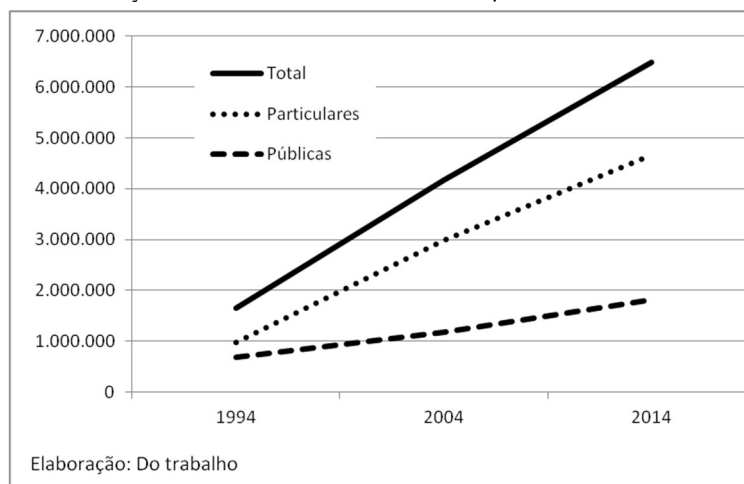
A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, pelo Congresso, expressou as intenções do governo no sentido de mudar radicalmente o padrão de seleção de candidatos ao ensino superior, ou seja, modificar a via única dos exames vestibulares para todos os cursos superiores, em vigor desde 1911.

Tabela 2. Evolução das matrículas do ensino superior no Brasil - 1994-2014

Ano	Total	Número de Matrículas	
		Particulares	Públicas
1994	1.661.034	970.584	690.450
2004	4.163.733	2.985.405	1.178.328
2014	6.486.171	4.664.542	1.821.629

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEP (INEP,2016)

Gráfico 2. Evolução das matrículas do ensino superior no Brasil - 1994-2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEP (INEP,2016)

Esse mecanismo - vestibular, vinha sofrendo várias críticas por não propiciar uma seleção adequada dos candidatos, além de consolidar uma falsa idéia de fracasso do sistema público e de sucesso do privado, levando o Congresso a apoiar a proposta, já acolhida por governos antecessores, de substituí-lo por avaliações semestrais ao longo do ensino médio.

Algumas instituições, como a Universidade de Brasília, já vinham fazendo exames desse tipo há alguns anos, com alunos da rede pública do Distrito Federal, que disputaram metade das vagas oferecidas. Em 1998, essa universidade veio a ter o primeiro contingente de calouros ingressantes por essa via (DUARTE, 2007).

Passaram a existir alguns programas ofertando cursos gratuitos de preparação para o vestibular, direcionados para populações carentes, especificamente para alunos provenientes da rede pública, com a finalidade de facilitar seu acesso ao nível superior (VASCONCELOS e SILVA, 2005).

Posteriormente, ocorreu a implantação de um mecanismo diferente desse. O MEC instituiu um Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma espécie de exame de Estado, facultativo, mas que poderia vir a ser obrigatório. Os alunos da terceira série do ensino médio poderiam se inscrever nesse exame, realizado no mesmo dia em todo o país, nas capitais dos estados e nas principais cidades do interior. O conteúdo do exame era o do ensino médio, em provas elaboradas de modo que se favorecessem a interdisciplinaridade e a aplicação prática, sem privilégio da memorização. Um imenso aparato foi elaborado, até mesmo por entidades privadas sem fins lucrativos, e algumas universidades públicas vieram a adotar estratégias de ocupação das vagas ociosas.

A expectativa do MEC, desde o início, era que os empregadores pudessem valorizar esse resultado como indicador do nível intelectual do jovem e, principalmente, que as instituições de ensino superior o aproveitassem para a seleção dos candidatos.

A partir de então, as instituições privadas incorporaram o resultado do ENEM como parte ou como toda a indicação de desempenho para selecionar os candidatos, mas as instituições públicas resistiram a ele. Com o tempo, e por efeito das pressões do Ministério, mesmo as grandes universidades públicas incorporaram o resultado do ENEM para substituir a primeira fase do processo seletivo ou para integrá-la, valendo um certo número relativo de pontos.

O efeito disso foi que a procura pelo ENEM aumentou desde sua implantação em 1998, o que induziu um efeito na demanda, que acabou por gerar maior aceitação pelas instituições de ensino superior. O ENEM torna-se, assim, não apenas um exame de saída do ensino médio, mas, ao mesmo tempo, um exame de entrada no ensino superior, guardando semelhanças (a despeito do caráter facultativo) com alguns sistemas europeus de acesso ao ensino superior (CUNHA, 2003).

A LDB-96 silenciou-se sobre os exames vestibulares, em tudo coincidindo com o projeto ministerial de tornar o ENEM o principal mecanismo de seleção. No entanto, houve universidades, mormente no setor público, que mantiveram os exames vestibulares como mecanismo exclusivo de seleção de candidatos, não utilizando os resultados do ENEM até o fim do governo de FHC. Então, inicia-se a Reforma Universitária do governo Lula, anunciando o Programa Universidade Para Todos (PROUNI - Lei nº 11.096/2005) como carro-chefe na democratização da educação superior brasileira. O PROUNI mencionava, além de bolsas integral e parcial de 50%, benefícios parciais de 25% do valor do curso, e deveria auxiliar no cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 10.172/2001) de aumentar a proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados em curso superior para 30% até 2010.

Além do PROUNI, a referida Reforma Universitária conta com medidas tais como a instituição de cotas para alunos da rede pública (com “subcotas” para negros e indígenas) em IES federais.

5. CRESCIMENTO DA DEMANDA

A demanda por vagas é, sem dúvida, uma questão crucial no que concerne ao acesso ao ensino superior, e vem recebendo tratamento diferenciado no transcorrer da história mais recente. Na década de 60, a expansão da demanda e a escassez de vagas acarretaram o problema dos excedentes, bem como a necessidade do estabelecimento de critérios para regular a necessária ampliação de vagas. No final da década de 70 e início dos anos 80, duas questões ganharam relevância: a retração da procura no setor privado e a existência de considerável número de vagas ociosas no setor público. Na década de 90, o aumento expressivo

de estudantes que concluem o ensino médio e os novos desafios da educação no contexto de economias globalizadas trazem para o debate a perspectiva de expansão da cobertura do sistema de ensino superior (BRAGA, PEIXOTO e BOGUTCHI, 2001; MARTINS, 2000).

A implantação do ENEM em 1998, impulsionou o aumento da demanda, tendo maiores efeitos a partir de sua maior aceitação pelas instituições de ensino superior como forma direta de ingresso.

No processo de mudanças da educação brasileira, também houve a incorporação de um público mais diferenciado socialmente, o aumento significativo do ingresso de estudantes do gênero feminino, a entrada de alunos já integrados no mercado de trabalho e o acentuado processo de interiorização e regionalização do ensino.

Na trajetória dessas transformações, forma-se um campo acadêmico extremamente complexo em virtude das diferentes posições ocupadas por essas instituições diante dos indicadores que comandam o funcionamento desse espaço social, como a qualidade do ensino oferecido, a titulação do corpo docente, a capacidade científica instalada, os formatos organizacionais desses estabelecimentos, o prestígio e o reconhecimento social e simbólico dos distintos estabelecimentos que o integram (MARTINS, 2000).

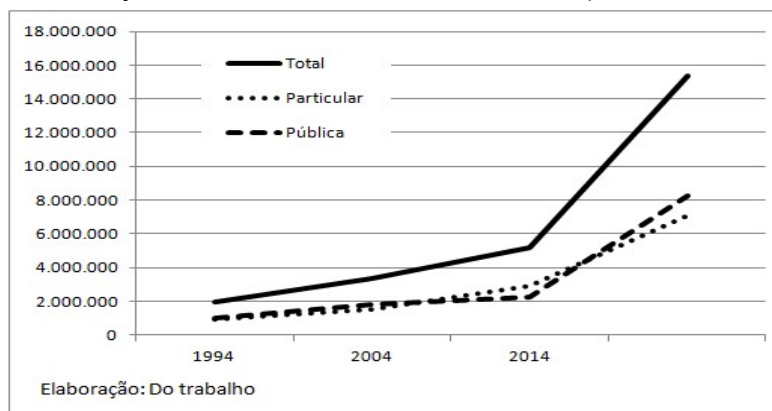
Medidas no âmbito da universidade também se refletem na demanda. Por exemplo, pode ocorrer em decorrência da abertura de cursos noturnos, criação de novos cursos e o aumento de vagas e de facilidades para a inscrição ou para a realização de provas (BRAGA, PEIXOTO e BOGUTCHI, 2001).

Tabela 3. Evolução do número de inscritos nos cursos superiores - 1991 a 2014

Ano	Número de Inscritos		Total
	Particular	Pública	
1991	970.578	1.015.247	1.985.825
1999	1.538.065	1.806.208	3.344.273
2007	2.901.270	2.290.490	5.191.760
2014	7.063.136	8.295.590	15.358.726

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEP (INEP,2016)

Gráfico 3. Evolução do número de inscritos nos cursos superiores - 1991 a 2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEP (INEP,2016)

6. EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (UNIVERSIDADES E INSTITUTOS TECNOLÓGICOS)

Segundo dados da Rede Federal de Educação Superior, a expansão do ensino superior nos moldes atuais teve origem em meados de 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais.

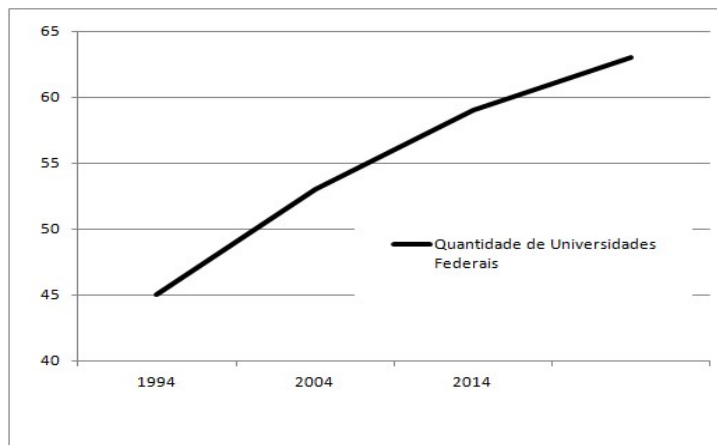
Em consequência desta expansão o número de cidades atendidas pelas universidades aumentou significativamente de 114 em 2003 para 237 ao final do ano de 2011. Assim, 14 novas unidades foram estabelecidas desde o início da expansão e ainda mais de 100 novos campi proporcionando o alargamento de vagas e a criação de novos cursos de graduação (INEP, 2010).

Tabela 4. Evolução das Universidades Federais no Brasil - 2003 a 2014

Ano	Quantidade de Universidades Federais
2003	45
2006	53
2010	59
2014	63

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEP (INEP,2016)

Gráfico 4. Evolução das Universidades Federais no Brasil - 2003 a 2014



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEP (INEP,2016)

No âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação foi instituída pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e é constituída pelas seguintes instituições:

- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
- Centros Federais de Educação Tecnológica
- Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Colégio Pedro II

A Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento, presentes em 568 municípios brasileiros.

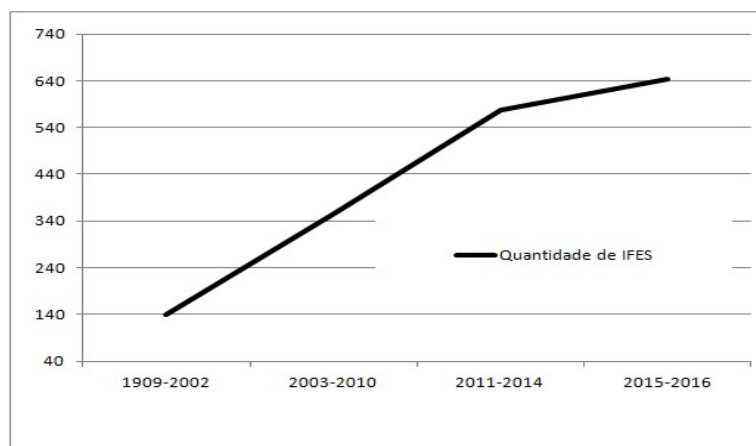
São 40 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Tabela 5. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 1909 a 2016

Ano	Quantidade de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
1909-2002	140
2003-2010	356
2011-2014	578
2015-2016	644

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEP (INEP,2016)

Gráfico 5. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 1909 a 2016



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEP (INEP,2016)

7. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

A Universidade Federal de Goiás passa por alterações desde sua fundação, em 1960, e, nos dias atuais, isso se intensifica. Vive um processo de expansão física e acadêmica que acarreta transformação nos modelos de gestão em cada um de seus órgãos, que alteram e tem seus cursos de ação alterados pelas características de seus serviços e pelas pessoas que nele atuam.

No sentido de promover melhorias institucionais, acompanhando pressupostos característicos da atualidade, busca acentuar a modernização, universalização e otimização no atendimento à comunidade acadêmica em todas as áreas.

As mudanças na UFG indicam amplo processo de modelação organizacional com o objetivo de torná-la mais ágil e eficiente, evidenciado, por exemplo, pela simplificação de sua estrutura acadêmica, pela redução progressiva dos departamentos, pela tentativa de desburocratizar os processos administrativos e acadêmicos e pela implantação de sistemas de controle e gerenciamento administrativos (OLIVEIRA, 2000).

Boa parte desse ajustamento faz-se por meio de uma adequação da gestão e do trabalho acadêmico aos parâmetros das condições objetivas locais, regionais e nacionais que expressam por intermédio dos convênios e da prestação de serviços remunerados, além da expansão dos cursos de graduação, aumento da oferta de vagas, mudanças no sistema de admissão e matrícula de novos alunos, aquisição de novos terrenos para pactuação e instalação de novos campus e unidades acadêmicas.

7.1 AMBIENTE EXTERNO DA UFG

No anseio da sociedade goiana de ampliar seus horizontes econômicos para

além da agropecuária, o estado de Goiás apresentava em 2014, três instituições de Ensino Superior Federal, uma Instituição de Ensino Superior Estadual, quatro Instituições de Ensino Superior Municipal e setenta e seis Instituições de Ensino Superior Privado (INEP, 2016).

O Governo Federal implementou a reestruturação e expansão das Universidades Federais, como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, com o objetivo de expandir significativamente o quantitativo de vagas para estudantes de graduação, proporcionando condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, também como forma de melhorar dados estatísticos de analfabetismo.

Além do REUNI, foi instituída a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades e institutos federais de ensino superior. Uma política de ações afirmativas de forma temporária (será revista em 10 anos de promulgação) com o objetivo de corrigir uma desigualdade histórica brasileira.

7.2 CONCORRÊNCIA

O fato de ser uma instituição pública não exclui das Universidades a realidade de haver concorrência no seu ramo de atuação.

Paralelo ao processo de expansão do número de instituições e de número de vagas no ensino superior, tem-se também que considerar a importância de se ampliar também a qualidade do atendimento nestas organizações.

Em uma visão empresarial geral e atual, é imprescindível considerar: produtividade, qualidade, melhorias diárias, competitividade, clientes exigentes, mudanças rápidas, tecnologia e globalização, que são conceitos que se descrevem no universo do campo de trabalho. Sendo assim, as empresas estão a cada dia mais na busca destes requisitos e as Instituições Federais de Ensino estão entre elas. Dessa forma, é imprescindível que o atendimento a toda comunidade acadêmica tenha um mínimo de padrão da qualidade, não se resumindo apenas em ensino de qualidade ou tratamento cortês. Mais do que isso significa acrescentar benefícios aos serviços de ensino, como, moradia, saúde, transporte, etc., objetivando superar as expectativas.

Nesse contexto, é possível se considerar concorrentes da UFG no ensino público a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e Goiano (IFG); e do ensino privado a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC).

A UEG, criada em 1999, tem sua sede localizada no município de Anápolis, é organizada como uma universidade *multicampi*, e está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Goiás. O crescimento da UEG proporciona uma experiência inovadora, por meio de projetos de interiorização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, levando à grande maioria dos municípios goianos uma unidade universitária com a implantação de cursos de graduação e pós

graduação nas diversas áreas de conhecimento.

Criado por meio da Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, o IFG é uma autarquia federal, detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e é equiparado às universidades federais. Tem-se que sua finalidade é a formação e qualificação de profissionais para diversos setores da economia, bem como a realização de pesquisas e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços. A instituição oferece educação integrada desde o ensino médio até a pós-graduação. Na graduação oferece cursos tecnológicos, especialmente na área industrial, e também de bacharelado e licenciatura. O IFG tem 14 unidades de ensino distribuídos em diferentes municípios do estado de Goiás.

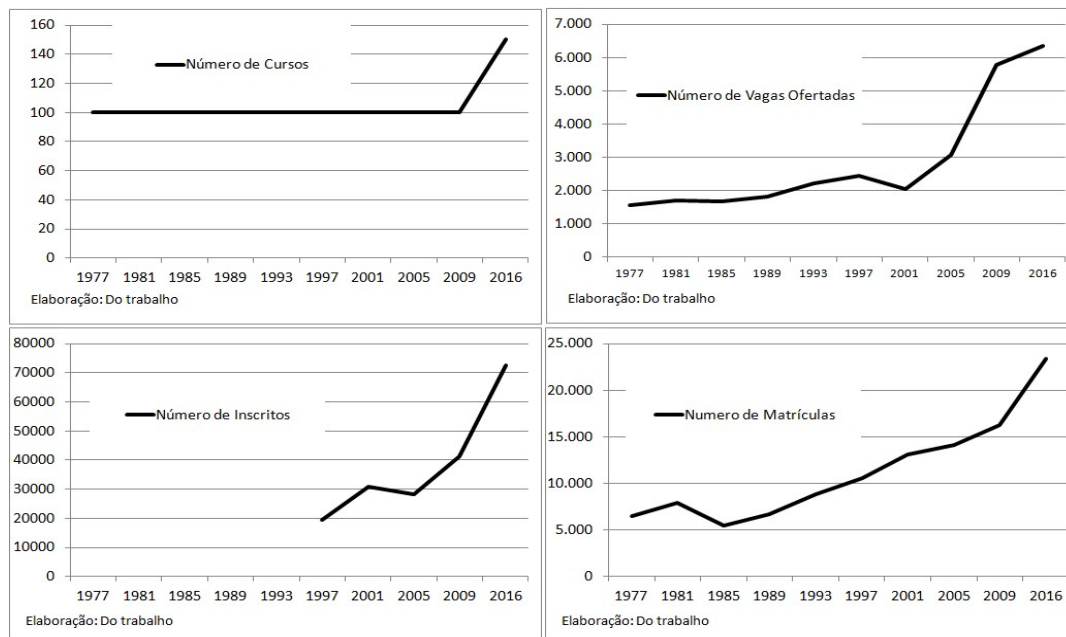
A PUC, fundada em 1959, conta com 51 cursos de graduação, 72 especializações, 14 mestrados e 3 doutorados, contando com uma comunidade composta de mais de 25 mil estudantes de graduação e pós-graduação. Rumo ao cinquentenário, é respeitada nacionalmente tendo consolidado, ao longo de sua história, a qualidade de ensino, da pesquisa e da extensão.

Tabela 6. Evolução da Graduação na Universidade Federal de Goiás - 1977 a 2016

Ano	Número de Cursos	Número de Vagas Ofertadas	Número de Inscritos	Numero de Matrículas
1977		1.575		6.474
1981		1.695		7.917
1985		1.666		5.445
1989		1.823		6.735
1993	36	2.215	14.098	8.827
1997	43	2.458	19.519	10.542
2001	56	2.035	30.933	13.083
2005	58	3.068	28.361	14.118
2009	137	5.776	41.201	16.233
2016	150	6.345	72.613	23.362

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Relatório UFG em números 2010

Gráfico 6. Evolução da Graduação na Universidade Federal de Goiás - 1977 a 2016



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Relatório UFG em números 2010

8. CONCLUSÃO

Seja pela multiplicação dos campi das IFES já existentes, seja pela expansão do número de instituições, as ações do governo federal vem expandindo vagas e titulações nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A criação recente de dezenas de universidades federais em diversos estados do Brasil, beneficiando importantes regiões metropolitanas, mas especialmente do interior do país, e, certamente, o REUNI tiveram e têm importante impacto nos números referentes às instituições e matrículas do setor público federal.

Nesse contexto de políticas reformistas da educação superior acentua-se um pressuposto fundamental do neoliberalismo que dá ao Estado os instrumentos legais e burocráticos necessários à avaliação e controle do sistema, permitindo a promoção de uma maior competitividade.

O processo de reordenamento da educação superior no Brasil também inclui mudanças nas identidades institucionais das universidades. A universidade Federal de Goiás, estudada para exemplificar este processo, encontra-se em crescente oferta de cursos de graduação, e também de ampliação no atendimento às múltiplas demandas locais e regionais de sua comunidade acadêmica, com ampliação do seu espaço físico e melhoramento constante de sua infraestrutura.

Contudo, com muitas das informações básicas obtidas através deste estudo, e após análises de algumas séries históricas, poderíamos refletir se estão se consolidando efetivos instrumentos de democratização da educação superior no Brasil, ou de uma equação eficaz que desprestigia a esfera pública, valoriza a esfera privada, de qualidade duvidosa, e apresenta índices estatísticos capazes de

acobertar um déficit educacional.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BOGUTCHI, Tânia F. **Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG**. Cadernos de Pesquisa, v. 113, p. 129-52, 2001.

BRYANS, W; NIELSEN, S. **An investigation into methodologies for determining a 'suitable' trip generation rate**. Traffic Engineering and Control, v. 40, n. 1, p. 13-16, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino superior no octênio FHC**. Educação e Sociedade, v. 24, n. 82, p. 37-61, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82>. Acesso em: 03/10/2016.

DUARTE, Evandro Charles Piza. **Princípio da Isonomia e Critérios para a Discriminação Positiva nos Programas de Ação Afirmativa para Negros (afro-descendentes) no Ensino Superior**. In: ABC Revista de Direito Administrativo Constitucional. ano 7, n. 27, jan./mar.2007. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf/tab28.pdf. Acessado em 26/09/2016.

IFGOIANO - **Instituto Federal Goiano de Educação, Ciência e Tecnologia**. Disponível em <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/historico>. Acessado em 18/09/2016.

MARTINS, Carlos Benedito. **O ensino superior brasileiro nos anos 90**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41-60, Mar. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 03/10/2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acessado em 26/09/2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Sensu da Educação Superior**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>. Acesso em 26/09/2016.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da universidade federal de Goiás (UFG)**. São Paulo, p. 210, 2000.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Formação dos quadros intelectuais nos anos 1930: Anísio Teixeira e a questão da universidade**. Cadernos de História da Educação, v. 15, n. 1, 2016.

VASCONCELOS, Simão Dias; SILVA, EG da. **Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo**. Ensaio: aval. pol.públ. Educ.[online], v. 13, n. 49, p. 453-467, 2005.

ABSTRACT: This study aimed to present the process of expansion of higher education in Brazil in recent decades. He studied comparatively - in numbers of institutions and enrollments - the quantitative growth of private and public higher education institutions from the 1960s, with an emphasis on Federal Institutions. It was also rated the growth in demand, changes in the forms of access and the Education Ministry's actions to meet this growing need for supply of places. At the end, it was included a description of the growth achieved in the Federal University of Goiás in line with this expansion process, for exemplification of this process progresses throughout the country.

KEYWORDS: Higher education, University expansion, Education Brazilian Federal, UFG.